

# **Um histórico da profissão contábil e de seu sindicato**

## **Introdução**

Desde o Brasil-Colônia, passando pelo período da República Velha e prosseguindo pelo início do século XX até o ano de 1946 (data da edição do Decreto-Lei nº 9295 de 27/05/46, que cria oficialmente o Conselho Federal de Contabilidade, órgão registrador e fiscalizador da profissão), registra-se a criação de instituições de ensino contábil e de defesa do profissional dessa ciência em nosso País. Verificou-se nesse período vários movimentos, com muita ação humana das lideranças da classe contábil.

## **Século XVIII**

Já nos idos 1754, o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do futuro Marquês de Pombal, propôs a formação profissional do contador. A criação de uma Aula de Comércio, no Brasil, sob a supervisão da Junta de Comércio de Lisboa, foi proposta partida para o Brasil. Àquela época a expressão "aula" correspondia à academia e que mais tarde se denominaria Escola Superior ou Faculdade.

Em 1756, a Aula de Comércio teve sua previsão legal pelo artigo XVI dos Estatutos da Junta do Comércio, instituído em Lisboa e aprovada pelo decreto de 12 de dezembro daquele ano.

Em 1764, a Ordem Régia, datada de 18 de janeiro, torna obrigatório o registro de partidas dobradas.

Em 1770, a Carta de Lei datada de 30 de agosto, estabelece a matrícula dos Guarda-Livros diplomados em Aula de Comércio da Junta de Lisboa. Tratava-se da primeira regulamentação da profissão contábil, dispondo privilégios dos diplomados da Aula de Comércio, em domínios portugueses e, portanto, também no Brasil-Colônia.

## Século XIX

Em 1809, Alvará de 28 de junho, justificando a arrecadação de novos tributos, diz serem eles destinados ao estabelecimento de Aulas de Comércio. Tal diploma legal é considerado um marco do ensino comercial do Brasil.

Em 1812, baixa-se edital de abertura do concurso para lentes em Aula de Comércio a se estabelecer na Bahia e em Pernambuco no Brasil.

Em 1835, no dia 7 de março, foram aprovados os estatutos da Aula de Comércio da Corte, mantida pela Secretaria do Tribunal Real da Junta de Comércio.

Em 1842, pelo Decreto nº 121, de 31 de janeiro, Cândido José de Araújo Viana, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, baixou normas reguladoras do provimento das Cadeiras ou aulas de Comércio.

Em 1846, no dia 16 de julho, foi aprovado o Regulamento da Aula de Comércio pelo Decreto nº 456.

Ainda, em 1846, no dia 30 de dezembro, foi regulada a expedição da Carta de Habilitação dos diplomados da Aula de Comércio, por decreto.

Em 1856, foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em substituição à Aula de Comércio da Corte, por Decreto nº 1.763, datado de 14 de maio.

Em 1869, no dia 18 de abril, foi fundada a Associação dos Guarda-livros, no Rio de Janeiro.

Em 1870, por decreto imperial nº 4.475 de 18 de fevereiro, o Governo aprova os estatutos da Associação dos Guarda-livros, estabelecida na Corte. Tal diploma legal é considerado como primazia da profissão contábil no Brasil no reconhecimento oficial das profissões liberais.

Ficou marcado, para a memória da classe, a patente civismo dos Guarda-livros pela insistente busca de uma instituição que tivesse a finalidade de colocar a profissão em paralelo com o grande movimento, visando democratizar o País, culminando, com o Manifesto de 1870 que foi efetivamente o primeiro porta-voz do

pensamento dos profissionais liberais, que no seu avanço cultural, desejavam uma sociedade tão ou mais organizada da que hoje desfrutamos.

De 1874 a 1875, a Associação dos Guarda-livros, com sede no Rio de Janeiro, através da publicação quinzenal, editou 14 números de sua revista especializada que já tratava das questões contábeis no Brasil.

Em 1891, registra-se o funcionamento da Academia de Comércio de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

## **Século XX**

O ano era 1905, 9 de janeiro, o então presidente da Velha República, Rodrigues Alves, sanciona o Decreto 1.339 que declarava de utilidade pública e reconhece como de caráter oficial os diplomas conferidos pela Academia do Comércio do Rio de Janeiro e pela Escola Prática de Comércio de São Paulo, ambas fundadas em 1902.

Poderíamos até assegurar que no início do século XX a classe dos Guarda-livros brasileiros, vivia um clima de euforia, visto que o País atravessava momentos de grandes transformações na política e na economia, sem contar ainda, que um sentimento de organização profissional e trabalhista tomava conta da sociedade.

Na década de 1910, com a fundação do Instituto Brasileiro de Contabilidade e do Instituto Paulista de Contabilidade, aliado aos resultados convergentes da conduta e do entendimento dessas Entidades, começaram a nascer os atuais sindicatos da Classe Contábil, a cujo exemplo se moldaram como entidades profissionais, de que tanto nos orgulhamos.

Historicamente, ainda em 28 de agosto de 1916, no mesmo dia em que o Senador João Lyra pronunciava no Senado Federal, memorável discurso sobre a Ciência da Contabilidade e a necessária regularização da profissão do Guarda-Livros, na Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, resolvia-se a imediata convocação dos profissionais da Capital da República, a fim de tratar da fundação do Instituto Brasileiro de Contabilidade.

Em 1924, realiza-se no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade, oportunidade em que foram apresentadas propostas junto aos Poderes Públicos para criação de uma lei que regulamentasse o exercício das funções dos profissionais de contabilidade no Brasil.

Por mais belas que tenham sido as ações de nossos precursores, antes de 1926, não formávamos, ainda, uma unidade com sentido nacional orgânica, como a que surgiu à tona naquele histórico, 25 DE ABRIL DE 1926, quando o Senador João Lyra, ao agradecer as homenagens que lhe prestavam os profissionais de Contabilidade de São Paulo, afirmou: "Trabalhem, pois, bem unidos tão convencidos do nosso triunfo, que desde já consideramos o dia 25 de abril, o Dia dos Contabilistas Brasileiros". Nesta oportunidade é que foi solenemente proclamada a CLASSE DOS CONTABILISTAS BRASILEIROS, sentimento classista nascido da proposta feita em 27 de dezembro de 1925, pelo grande e saudoso Contabilista Professor Francisco Dáuria, semente dos, hoje, Conselhos Regionais de Contabilidade.

Foi a Revolução de 1930, entretanto, que trouxe através do Governo Provisório, em data de 30 de junho de 1931, o Decreto 20.158 reformando o ensino comercial e estabelecendo o registro obrigatório dos guarda-livros e contadores na Superintendência do Ensino Comercial. O decreto nº 20.158 foi assinado por Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório.

Na época de forma equânime e dignificante do trabalho organizado para a construção de base sólida, os Guarda-Livros conquistaram mais uma etapa de igualdade que culminou com a incorporação da classe ao ponto precípua da associação de seus membros. Assim historicamente conseguimos a aliança dos profissionais da contabilidade, quando obtivemos as leis regulamentadoras e emancipadoras da profissão e que a fixaram entre as de melhor quilate no panorama cultural e profissional na ocasião.

Precisamente no dia 27 de maio de 1946, o então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, assinou o Decreto Lei nº 9.295, que até hoje é o documento legal que disciplina o exercício da profissão contábil em todo o País.

Foi uma grande conquista, pois, a partir desta data, estava-se consolidando definitivamente a profissão contábil no Brasil.

Da época guardamos a impoluta imagem do Guarda-Livros, como um executor sóbrio de suas árduas tarefas, aliado a de um senhor registrador, com letra legível, quando não desenhada, dos fatos como fatos, curvado pela cotidiana fadiga exigida pelo seu trabalho, em altas e inclinadas mesas, onde operava seus lançamentos contábeis, certamente vestindo um termo escuro, como a dignidade de então exigida.

Reverenciar o passado não se trata de saudosismo, mas sim um culto à história da profissão contábil, bem como o respeito devido aos personagens que vivenciaram a profissão à época da assinatura da Lei da regência da classe dos Contabilistas brasileiros.

A iniciativa dessa modernidade de organização do trabalho da profissão contábil, em Porto Alegre coube a um grupo Contabilistas que, em 04 de janeiro de 1933, reunidos em memorável assembleia à rua Sete de Setembro, n.º 1146, elegeram e nomearam uma Comissão composta pelo Sr. Henrique Desjardins, eleito Presidente da Comissão, um Secretário, o Sr. Afonso Tamartin e um Adjunto, o Sr. Julio Outeiral dos Santos, para tratar da fundação de uma entidade de classe, a qual teria o objetivo de sindicalizar a nova corporação, nos termos do Dec. 19.440/31.

Em 14 de janeiro de 1943, em outra assembleia fundou-se o INSTITUTO RIOGRANDENSE DE CONTABILIDADE, dia também em que foi aprovado o 1º estatuto da entidade e eleita a Diretoria constituído naquela oportunidade para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria, aliado ao intuito de colaborar com os poderes públicos, e as demais associações no sentido da solidariedade social e da sua subordinação aos interesses nacionais.

Nessa memorável Assembleia, pudemos distinguir (pelas assinaturas na ata) a presença de vários Contabilistas, entre os quais destacamos Alcides Antunes, Julio Outeiral dos Santos, Gilberto Ferreira de Moraes, José Leon Pereira, Eduardo Moreira Henriques, Guido Mondim, Virgilio Cortese, Silvério de Jesus Teixeira, Vasco Martins de Campos Netto, Manoel Ferreira da Silva Jr.

Foram estes os pioneiros que deram início ao processo de transformação daquele Instituto juntamente com Sindicato dos

Contabilistas Rio Grandense para o atual Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, cujo reconhecimento pelo Ministério do Trabalho deu-se por carta ministerial em 04 de novembro de 1943.

Dessa forma, com a criação dessa nova Entidade Contábil, iniciava-se uma pujante evolução do movimento sindical dos Contabilistas em Porto Alegre, comandados por homens dignos, autênticos, idealistas e líderes classistas, que trabalharam com denodo na construção dos pilares deste projeto gigantesco que é o Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre.

Foi uma grande conquista, pois, a partir desta data, estava se consolidando definitivamente o desenvolvimento e a defesa da profissão contábil em nossa cidade, com o trabalho entusiasta que se seguiu por várias diretorias, que foram presididas por:

Henrique Desjardins - 1949/1950

Zilmar Bazerque de Vasconcellos - 1951/1952

Alberto Scotto Alice - 1953/1955

Jairo Gondin da Silva - 1955/1957

José Visconti Rodrigues - 1957/1959

José Visconti Rodrigues - 1959/1961

Orvalho Papaleo - 1961/1964

Francisco Dirceu Xavier Lobo - 1964/1966

Wilson Oliva - 1966/1968

Zilmar Bazerque de Vasconcellos - 1968/1971

Artur Daniel Beust - 1972/1974

Zilmar Bazerque de Vasconcellos - 1975/1980

Carlos Falkenberger - 1981/1983

Salvador Barbosa Rangel Neto - 1984/1986

Olívio Koliver - 1987/1989

Carlos Arthur Weber - 1990/1992

Vilson Ling - 1993/1995, 1996/1998 e 1999 a agosto/2001

Ferdinando de J. Mota Jr: de setembro/2001 a dezembro/2001

Magda Gattini - 2002/2004

Carlos Alexandre Randazzo - 2005/2006

Daniel Souza dos Santos - 2006/2007.

Também já contamos em nosso quadro social grandes nomes, como: Dr. Getúlio Dornelles Vargas, Frederico Hermann Júnior, Major Alberto Bins, Dr. Antônio Borges de Medeiros, Francisco de Leonardo Truda, General Antônio Flores da Cunha, Francisco D'Aria, entre outros.

### **Dias Atuais**

A atual diretoria empossada em janeiro de 2017 para a gestão do triênio 2017/2019 é composta por:

#### **Diretoria - Efetivos:**

TC - Daniel Souza dos Santos – Presidente

CO - Jorge Luiz Cardoso – 1º Vice-presidente

TC - Dilceu Birck dos Santos – 2º Vice-presidente

CO - Rosaura Cunha Teixeira de Mello – Diretora Secretária

CO - Rogério dos Santos Inchausti – Diretor Financeiro

#### **Suplentes da Diretoria:**

CO - Clésio Luis da Silva

CO - Adel Antonio de Almeida

CO - Regina Souza Pedra

CO - Luis Alberto Barcelos Tubia

TC - Lauro Tetour Junior

## **Conselho Fiscal:**

TC-Edelácio Alberto Nonnenmacher

TC-Evandro Tissot

TC-Roberto dos Santos Onófrio

## **Suplentes do Conselho Fiscal:**

TC - Wilson Jorge Alves

CO - Gilberto Gromowski

Assim, ultrapassamos as fronteiras do tempo. E, ao procurarmos entender o que significam, hoje, a profissão no País, podemos avaliar as dimensões do feito daqueles homens que, há mais de meio século, provaram aos nossos governos e aos demais segmentos sociais, a importância da regulamentação e da defesa da profissão contábil.

Hoje, desejamos ser dignos daqueles homens de feitos históricos que, há mais de meio século, acreditaram numa ideia, anteviram a importância da disciplina, deixaram os descrentes à margem da estrada, e ousaram como era necessário ousar.

No mundo moderno é indiscutível a importância da classe Contábil para o País. Ela está presente em todos os setores, registrando os fatos, prestando informações necessárias ao desenvolvimento.

Por ser homem da ciência, o Contabilista orgulha-se em poder dizer que nada ocorre sem a contribuição de seu trabalho, porque é através dele que se ordena o fluxo da riqueza nacional.

Em sua trajetória histórica, o Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, com sede e administração à Rua Riachuelo, 1641/1º andar, no centro de Porto Alegre, vem crescendo em representatividade e orgulha-se em poder contar hoje com aproximadamente 17.000 profissionais.

Sua base territorial estende-se por cidades vizinhas a Porto Alegre, composta por 59 municípios de: Alto Feliz, Alvorada, Arrarica, Arroio dos Ratos, Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Barra do Ribeiro, Barão,

Barão do Triunfo, Bom Princípio, Butiá, Cachoeirinha, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cerro Grande do Sul, Cidreira, Charqueadas, Dom Pedro de Alcântara, Eldorado do Sul, Feliz, General Câmara, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Imbé, Lindolfo Collor, Linha Nova, Maquine, Minas do Leão, Morro Reuter, Mostardas, Nova Hartz, Osório, Palmares do Sul, Parobé, Picada Café, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, São José do Hortêncio, Santa Maria do Herval, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Vendelino, Sapiranga, Sertão Santana, Tapes, Taquara, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Triunfo, Tupandi, Vale Real, Viamão e Xangri-lá .

A sede social do Sindicato é um prédio próprio, que possui um auditório, com poltronas para aproximadamente 60 pessoas, diuturnamente utilizado para palco de debates do saber e da ciência contábil; um Departamento de Informática com computadores de última geração para uso dos associados e com acesso à Internet; uma sala de diretoria, dois andares que estão alugadas a uma escola técnica, e uma loja no andar térreo, que está alugada para uma empresa de cosméticos.

Além disso, o Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre oferece ainda: Consultoria Gratuita com os membros da Diretoria, dentro das áreas de Legislação Comercial, Imposto de Renda, Área Trabalhista, ICMS/IPI/COFINS/PIS; visto do Advogado nos contratos sociais, gratuito; assistência em homologações e rescisões de contrato de trabalho de Contabilistas.

Por se tratar de uma entidade de profissionais liberais, o Sindicato congrega Contabilistas que atuam em todos os segmentos empresariais independentemente do seu vínculo contratual como empregado ou não. participam também do seu quadro social, Contabilistas funcionários públicos, Contabilistas metalúrgicos, Contabilistas bancários, e Contabilistas pertencentes a todos os demais segmentos de áreas econômicas.

Em 1994 foi ajuizado o 1º Dissídio Coletivo para os profissionais da área contábil. Além disso, o Sindicato desenvolve uma plataforma de trabalho muito forte, no sentido de oferecer cursos, palestras técnicas e treinamentos, como na área de informática a todos os profissionais da área contábil, durante todo o ano, visto estes profissionais atuarem nas mais diversas atividades tais como:

analista, assessor, auditor, conselheiro, consultor, perito contábil, planejador, supervisor, contador de empresas privadas e públicas, entre outras.

Com a entidade criada para valorizar e orientar os profissionais da área contábil, o Sindicato passou por várias transformações durante sua existência, porém manteve-se sempre firme em suas atribuições legais, e assim contribuiu para o avanço e zelo da ética profissional, da tecnologia e das práticas contábeis e dos direitos dos Contabilistas.

Durante mais de meio século de existência como entidade sindical, o Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre representou e representa condignamente os anseios e as manifestações da classe contábil junto aos poderes públicos e, buscou mostrar sempre, aos demais segmentos da sociedade e aos homens de governo, o papel dos Contabilistas e da Contabilidade no Brasil. De um modo geral, a entidade busca, também, a valorização dos profissionais da área contábil, pelo trabalho como responsáveis que são pela materialização das constantes mudanças econômicas e tributárias a que se submetem todas as empresas deste País, independentemente de seu porte.

Por isso é que o Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, enquanto entidade associativa, tem a atribuição de recomendar e sugerir procedimentos e posturas aos profissionais da área contábil.

Quando todos nós acreditarmos e participarmos juntos por um mesmo ideal e objetivo, todos saímos ganhando. Por isso conclamamos para que Contabilistas e empresários busquem irmanados à solução dos problemas que afligem de tempos em tempos, as questões de ordem nacional.

Não obstante, o trabalho diligente de nossos antecessores e as não poucas vitórias conquistadas, existem ainda muitas outras por serem alcançadas.